



A pandemia e a produção da vida

Alice Itani¹
Clarisse Castilhos²

Resumo

O texto apresenta alguns pontos como contribuição para o debate sobre a produção da vida. A pandemia expõe fraturas e fragilidades da sobrevivência da vida em sociedade. O argumento do discurso desenvolvimentista merece questionamento, dentro de um processo de dominação criado a partir de divisões e classificações, impostas aos países do sul-americanos, para exploração das riquezas e destruição dos modos de vida. Parte-se da perspectiva de uma autonomia da sociedade, à luz de conhecimentos tradicionais e pensadores latino-americanos para rever a produção da vida com os modos de ser dentro do território. São as práticas e experiências existentes no território que escapam do círculo produção e consumo as quais merecem destaque.

Palavras chave: produção da vida, vida, território, sobrevivência.

La pandemia y la producción de vida

Resumen

El texto trata de presentar algunos puntos como contribución a un debate sobre la producción de vida. La pandemia expone las fracturas y debilidades en la supervivencia de la vida de la sociedad. Y, merece cuestionarse el argumento del discurso desarrollista, dentro de un proceso de dominación creado con las divisiones y clasificaciones, impuestas a los países del sur, por la explotación de la riqueza y la destrucción de formas de vida. Se parte de la perspectiva de una autonomía de la sociedad, a la luz de los saberes tradicionales y de los pensadores latino-americanos para revisar la producción de vida con las formas de ser dentro del territorio. Son las prácticas y experiencias existentes en el territorio y que escapan al círculo producción x consumo las que merecen ser valoradas.

Palabras clave: producción de vida, vida, territorio, supervivencia.

The outbreak and the life production

Summary

The text deals with presenting some points as a contribution to a debate on the production of life. The pandemic exposes the fractures and weaknesses in the survival of society's life. It

¹ Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, pesquisadora em saúde, trabalho e meio ambiente. Professora Unesp. aliceitani@gmail.com

² Doutora em Economia pela Université de Paris-Nanterre, pesquisadora FEE-RS, em saúde e meio ambiente.

deserves to question the argument of the developmental discourse, within a process of domination created with the divisions and classifications, imposed on the countries of the south, for the exploitation of wealth and the destruction of ways of life. It starts from the perspective of an autonomy of society, in the light of traditional knowledge and Latin American thinkers to review the production of life with the ways of being within the territory. It is the practices and experiences existing in the territory and that escape the production x consumption circle that deserve to be valued.

Key words: life production, life, territory, survival.

1. Introdução

A pandemia da Covid-19 apresenta-se como momento oportuno para analisar o processo pelo qual a vida se produz. Originalmente pensou-se na pandemia como questão de saúde, posteriormente a reflexão para este texto foi ampliada diante da crise sanitária, somada as crises política e econômica, tidas como consequência do coronavírus.

O modo de vida de várias lideranças brasileiras, grupos e comunidades como as Krenak, Xapuri, Guarani, Yanomami e Xakriabá, Dessana, Bare e Tukano do Rio Negro e, também, os quilombolas trazem contribuições a partir das experiências e conhecimentos próprios. Não se pretende escrever em nome delas, uma vez que não precisam de porta vozes, mas sim, poderemos aprender com elas, observando sua maior riqueza que são a cultura, história, memórias e perspectivas de vida, que convivem harmonicamente com a Terra e os elementos da biosfera. São raízes de nossa sociedade que mostram força, tomando seu lugar dentro do território latino-americano.

O presente texto busca analisar e compreender a produção da vida dos povos tradicionais a partir das riquezas acumuladas por eles – experiências e conhecimentos –, a partir dos quais se identificam as formas como esses povos resistiram ao longo de cinco séculos, tentando manter uma condição digna de existência. É também resultante da reflexão dos pensadores latino-americanos sobre eles. A hipótese proposta é de que a produção da vida seja consequência dos modos de existência que primam por manter os conhecimentos tradicionais, assim como, da resistência na produção cultural de riquezas. Para tanto, três itens são apresentados nesse esboço: a produção da vida e os argumentos da dominação, a produção social da vida e, por último, a produção da sociedade e o viver.

As lideranças dos povos tradicionais vêm expressando sua indignação diante da pandemia da Covid-19, que é, para eles, uma crise respiratória. Perigo anunciado de uma atmosfera que se tornou infectante. O ar, que se respira, essencial para a vida, produzido pelas matas, florestas e rios, se tornou um meio de propagação do agente infeccioso, e cada pessoa

pode ser um potencial veículo transmissor. Mas suas vozes não são ouvidas. Elas expressam a luta de séculos pela preservação da vida, dentro de cosmologias que respeitam o fluxo da natureza e os componentes da biosfera. São vozes que expressam a cultura, a luta pela produção comunitária, o modo de ser dentro de seu território, como analisa Chamorro (2008), cuidam dos seres vivos e, possuem, assim, autoridade e legitimidade. Enfrentar a pandemia da Covid-19 é, mais uma luta, dentre tantas, para ser enfrentada no cotidiano dentro de seu território de existência.

A produção da vida é analisada sob a perspectiva de autonomia social e coletiva dos povos. Compreendida por ser uma sociedade capaz de produzir e sobreviver, de retomar suas instituições recorrendo a luta incessante contra a alienação, defende Castoriadis (1975, 1978, 1981, 2011). Essa perspectiva compreende a produção pela sociedade de seus modos de ser com igualdade política, traduzida pela igualdade de participação efetiva no processo social, resultante do processo contínuo de construção e reconstrução. A autonomia é individual, coletiva e social, mas o indivíduo não pode ser autônomo se a sociedade não o é. A autonomia da sociedade, enquanto nação, é compreendida pelos modos de ser, rompendo com os modelos econômicos ocidentais impostos sob argumentos da modernidade, se contrapondo ao processo de dominação, como analisado há décadas por Furtado (1959, 1975, 1983, 2004), Fernandes (1964/2008; 1971/2015; 1973/1981), Galeano (1970/2014), Quijano (1984/2014), Acosta (2016), dentre outros.

2. A produção da vida e os argumentos de dominação

A produção da vida nas sociedades dos países do sul merece ser compreendida mediante argumentos construídos para o processo de dominação, tal como se desenvolveu ao longo dos últimos cinco séculos. Sem se aprofundar na história, foram elaborados nove pontos para essa compreensão. Primeiramente, a noção de pobreza é criada como forma de classificação fazendo-se distinção entre pobres e ricos, como analisado por Escobar (1995). Passa a ser também classificação para diferenciar países ricos e pobres, criando-se indicadores, como renda per capita, produto interno Bruto PIB, entre outros.

Em segundo lugar, criam-se atributos, como conhecimentos, ciência e tecnologia, dentro de padrões de modernidade pré-estabelecidos. A riqueza dos países do sul com inúmeros recursos naturais, saberes ancestrais e tradicionais passa a ser objeto de desprezo. O conhecimento dos grupos e das sociedades latino-americanas são consideradas crenças, antiquadas e obstáculos ao “desenvolvimento”. Foram base para argumentos que possibilitaram a apropria-

ação e espoliação do conhecimento de povos tradicionais para transformá-los em objetos de laboratório e mercantilização. Podemos exemplificar com o caso de medicamentos e essências, bem como, produção de produtos alimentícios. Pode-se também verificar a tentativa de domínio de bens culturais, como é o caso da denominação de folclore, manifestação cultural popular, de forma reducionista. Essa usurpação de conhecimentos foi verificada também na Idade Média europeia, quando houve perseguição e morte de mulheres curandeiras consideradas feiticeiras, expropriando-as de seus conhecimentos, como analisado por Federici (2017), dentre outros.

Em terceiro lugar, estruturam-se modelos de desenvolvimento sob a perspectiva da modernidade. Estabeleceram-se passos para escalar o chamado “desenvolvimento”, passando-se de uma etapa para outra, seguindo-se indicadores. Nessa escala por etapas, incitam-se os países ao pretense desenvolvimento para se chegar a ser um país rico. O discurso de “desenvolvimento” é utilizado para imposição de modelos, como também, para privilegiar indústrias desses lugares. Não faltam exemplos, como a exigência da destruição de empresas locais. Desde o século 16, as fábricas de tecidos, em diferentes regiões do país, sofreram com o domínio de empresas inglesas e norte-americanas, já no século 18 (Furtado, 1959), e Novais (2005). No século 20, dentre outros casos, pode-se citar o fechamento da fábrica de motores e automóveis, Gurgel, em Rio Claro, assim como, Joagar e Arador, em Jaboticabal, destruindo conhecimento e trabalho, em prol de grandes empresas dos países do norte.

Em quarto lugar, pela perspectiva de modernidade elimina-se a importância da natureza. Nesse processo, separa-se o ser humano da natureza, eliminando-a do pensamento econômico. Por decorrência, os lugares e os territórios passam a não ter importância nos indicadores e nos modelos estabelecidos. Passa a vigorar a perspectiva ocidental, eurocêntrica, antropocêntrica e linear, que desconsidera a natureza enquanto valor, tanto dos recursos naturais como dos elementos da biosfera, juntamente com todos os seres vivos. Os importantes centros espaciais, que se constituem como territórios de construção dos modos de fazer e produzir culturas são deslegitimados. Os processos de destruição da natureza, da biosfera, biomas e os recursos naturais passam a ser justificados, e estão no centro da atual crise civilizatória. A forma de organizar a natureza para torná-la algo externo ao homem, o Capitaloceno, como analisa Chesnais (2020), pode ser simbolicamente datada de 1492, e as emissões de CO2 intensificam-se a partir do século 19.

Em quinto lugar, criam-se estruturas e sistemas de financiamento impostos para os países do sul galgarem o desenvolvimento. A estrutura de comunicação e transportes é objeto do financiamento desenvolvimentista, desde o período colonial e imperial, com instalação de

ferrovias, muitas sem razão de ser, com modelos e bitolas diferentes beneficiando a indústria inglesa. A partir do século 20, a imposição passa a ser a implantação do sistema rodoviário, que beneficia grande parte da indústria automobilística norte-americana, realizado com pesados empréstimos de bancos internacionais. O “desenvolvimento” associado a progresso (Furtado, 1959; Fernandes, 1973/1981), baseado no argumento dos “programas de modernização”, com regras rígidas de financiamento, produziu dívidas infundáveis tendo como consequência subjugação e dependência.

Em sexto lugar, criam-se noções de raça e cor, promovendo divisões e classificações hierárquicas para fundamentar argumentos preconceituosos contra grupos dos povos do sul, populações tradicionais, nativas, indígenas e de origem africana. Fomenta-se também a divisão e classificação de gênero, tratando as mulheres e os transgêneros com preconceito, objeto de subjugação e exploração, como analisou Fernandes (1964/2008; 1971/2015; 1973/1981), Carneiro (2011), Federici (2017), Ribeiro (2018), Almeida (2019), dentre os muitos escritos. A aplicação desigual da legislação com proteção para uns em detrimento de outros, bem como, o estímulo a violência social, são consequências desta classificação, que se estende até os dias de hoje.

Em sétimo lugar, criam-se estruturas de poderes locais, leis e normas baseadas nessas classificações. O incentivo à imigração europeia no século 19, para além do processo de ocupação e do trabalho, se insere também na perspectiva de desenvolvimento de uma cultura diversa da nativa para fomentar divisões e criar uma classe média que irá influenciar na formação de novas gerações (Lia, Radünz, 2016). A implantação do ensino superior aparece para a formação de quadros – uma classe que ocupará a estrutura de poder local –, que vai se justificar por meio dessa hierarquia e se manterá com privilégios, como uma distinção “natural” do restante da população. É o poder exercido por grupos locais, em nome de uma estrutura de dominação. Assim sendo, a autoridade é estabelecida nessa hierarquia, tendo o Estado como gestor, que utiliza a violência como seu instrumento principal de poder. A estrutura de poder e violência, desde o período da colonização, se desenvolve pela militarização da estrutura, com genocídios e massacres, como analisado por Galeano (1971/2010). Tem-se como exemplo o holocausto boliviano no século 16, com extermínio de milhões de indígenas, obrigados ao trabalho forçado nas minas de Potosi (Aráoz, 2014) e, os diversos massacres peruanos e chilenos, para espoliação dos recursos naturais. O massacre de três mil mineiros, em 1907, em Santa Maria de Iquique é bem conhecido e foi objeto de documentário com o mesmo nome.

Em oitavo lugar, estabelece-se como verdadeiro o modelo topológico do planeta, com a divisão entre norte e sul, tendo por centro os países do norte. Em nono lugar, verifica-se um processo de colonização do pensamento, que pode ser identificado desde os currículos escolares, bem como, os conteúdos dos livros, o ensino de diferentes disciplinas e a formação de profissionais. Inclui-se, também, o domínio dos sistemas de comunicação e circulação da informação. Uma antena, por exemplo, é responsável por transmitir notícias que são retransmitidas para toda rede da cadeia de comunicação, seja do rádio, como da televisão e dos jornais, impressos e, os atuais não impressos. Destaca-se, igualmente, certo domínio sobre os setores da ciência e tecnologia, com destruição de algumas bases tecnológicas e disseminação de informações que podem ser consideradas verdades.

A história latino-americana está carregada de processos de dominação com trabalho forçado, expropriação de lugares e destruição dos modos de viver dos povos. Durante seis séculos, o processo de colonização serviu para a espoliação das riquezas naturais, como prata, ouro, minérios como do petróleo, lítio, nióbio, dentre outros, como analisado por Galeano (1971/2010). Processos que continuam, agora, sob comando de grandes empresas internacionais, segundo Aráoz (2014), Svampa e Antonelli (2009), Svampa (2019). No Brasil, os casos da mineração em Mariana, Brumadinho, além de Paraopebas, Araxá, Paracatu, entre outros, são exemplos atuais da expropriação das populações locais e destruição de lugares de vida.

O modelo de subjugamento e aculturação possibilitou e ainda possibilita a expropriação das riquezas, seja dos conhecimentos como dos recursos naturais. A construção do modelo eurocentrista de explicação do “desenvolvimento” possui cinco distorções, como analisado por Lander (2000). Em primeiro lugar, a existência de pobreza passa a ser considerada normal. Em segundo lugar, constrói-se a concentração de riqueza, dividindo-se a sociedade entre ricos e pobres. Em terceiro lugar, passa a ser normal que o trabalho seja objeto de exploração pelo outro, pela criação da noção de alienação submetida ao processo de dominação. Como parte do ciclo de exploração e dominação da economia capitalista, estão as leis e normas que regem o trabalho dentro de um pensamento econômico estruturado. No processo de expropriação dos grupos considerados pobres, o cidadão é considerado apenas mão de obra, com regulação do mercado de trabalho, no qual alguns podem contar com emprego assalariado e, pagamento estabelecido, tendo como referência o salário-mínimo, sem que esse valor represente sobrevivência com condição digna de vida. Fator determinante na exploração do trabalho. Em quarto lugar, o território é minimizado como espaço de vida. Em quinto lugar, a natureza deixa de ser considerada, para possibilitar que outros tomem os recursos naturais dos territórios, expropriando os povos de seus espaços de vida e de produção cultural.

Entretanto, deve-se ressaltar que as sociedades dos países do sul são diferentes entre si, com temporalidades históricas e culturais, ou híbridas como analisa Canclini (1989) referindo-se especificamente às latino-americanas. Nesses territórios identificam-se experiências do bem viver, como formas de cooperação social, de uso e usufruto comuns, tratando e convivendo com a riqueza dos bens naturais como bens comuns, como analisam Svampa e Antonelli (2009), Acosta (2016). E, que resistem dentro desses territórios.

As redes de cooperação, com saberes tradicionais são a resistência para esses povos, na busca de escapar da dominação do pensamento; do processo de consumo e da mercantilização do tempo e da natureza, bem como, da individualização e exploração do trabalho. A luta contra a privatização da água é um exemplo marcante.

Esses povos apostam na perspectiva de existência social baseada na relação de cooperação, com princípios da igualdade dos grupos, tanto étnica, como intergeracional, e, portanto, econômica. A perspectiva do bem viver é a própria experiência de produção da vida, com recusa da violência da dominação, que se estende até os dias atuais, resistindo ao pensamento linear predominante de desenvolvimento. Pode-se observar esse aspecto na inclusão da natureza e seus direitos na Constituição, do Equador, como resultado de debate naquele país (Acosta, 2016, Gudynas (2016), vistos também na Bolívia e Venezuela. Ressalta-se na experiência venezuelana o sistema de orquestras criado há décadas por José Antonio de Abreu, que tem formado gerações de músicos excepcionais, impulsionando jovens a fazer o bom uso do tempo com algo de valor, e se mantém até os dias atuais.

3. A produção social da vida

As análises sobre as formas de proteção da vida foram restritas a cuidados com a saúde, notadamente em espaços urbanos. A crise respiratória que é sanitária e ambiental, se soma a outras, dentro do contexto socioeconômico e político, que é também a da relação do homem com a natureza.

A produção da vida tornou-se complexa dentro de uma taxionomia de conceitos, cada um deles, objeto de estudo e de exploração. Inicia-se com a divisão promovida na relação entre humanos e os demais seres vivos da Terra, bem como do equilíbrio. Nessa divisão, uma visão antropocêntrica, de separação entre o ser humano e humanidade, os demais seres vivos e a natureza, onde cada um dos elementos desse espaço passou a ser objeto de planejamento, uso e exploração. Desenvolveram-se estudos sobre solo, ar, água, atmosfera, assim como, dos diversos sistemas, usos e exploração. Da mesma forma, o organismo do ser humano foi divi-

didado em partes e subdividido em pedaços, com a separação entre corpo e alma estabelecendo-se o primeiro grande rompimento, passando pela divisão entre corpo físico e mente. Quando se refere ao corpo, está subentendido apenas o corpo físico, e, cada uma das partes é explorada por áreas e disciplinas distintas da ciência.

Para compreender a produção da vida é preciso pensar a vida no território. A vida se produz dentro de um processo no tempo, dentro de um espaço e, por isso, segue o fluxo natural que se realiza dentro do território. É onde se constitui como o lugar de produção social dos modos de vida coletiva, das formas de subsistência comum, como o espaço de construção cotidiana do processo de produção do alimento, pela utilização do solo e da água. E, se estabelece como lugar de elaboração de usos e costumes, compreendidos dentro de um conjunto de valores e tradições. É nesse processo de produção que se elabora o conjunto de conhecimentos do viver cotidianos. Assim, a produção da vida no território se revela como conjunto integrado de práticas de existência dos modos de ser pelos usos de conhecimentos tradicionais, portanto a vivência coletiva se configura como produção da identidade coletiva. As práticas cotidianas podem ser identificadas pelas formas de cuidados individuais e coletivos; dos elementos da terra na produção do alimento; e, dos atos de alimentar-se bem; e ainda, pela transmissão e formação de novas gerações. Essas são práticas de grupos sociais e comunidades, agrupamentos familiares, dentro de interrelações, na construção cotidiana de suas formas de subsistência.

Pode-se recuperar o conhecimento de povos tradicionais, de quem há muito a apreender no processo de produção da vida. Os desenhos encontrados nas pirâmides mexicanas e peruanas, construídas sobre pedras, algumas datadas do século cinco antes de Cristo, até as mais recentes, deixaram símbolos que se mantêm até os dias atuais. Além de serem locais de reuniões e de ritos, foram construídas com sistemas de canalização e aproveitamento da água, de observação dos sistemas solar e lunar, os quais possibilitaram desenvolver calendários. Estão, ainda em levantamento os conteúdos dos conhecimentos utilizados, tanto pela cosmologia de formas de compreensão do universo e, ao mesmo tempo, de domínio da vida do território. Algumas pirâmides peruanas estavam integradas à produção de alimentos, serviam de proteção do solo e da vegetação e, ainda, eram locais de guarda de sementes.

As práticas cotidianas também podem ser observadas no cuidado e uso de plantas para alimentação e cura de males, seguindo a compreensão das manifestações do universo, respeito ao fluxo da natureza, que se expressam no lugar, pelos elementos da biosfera. O fazer cotidiano está manifesto nos tipos e nas formas de produção de utensílios, tanto nos de busca como nos de produção alimentar. São partes das formas e expressões culturais. Não há separação

entre o viver, o cuidado cotidiano da terra, com o plantar, semear, cozinhar e se alimentar, como não há distinção entre o cuidado do solo, das plantas e matas, dos rios e dos animais, bem como da família e da comunidade. São atividades desenvolvidas com um significado, a sobrevivência no território. A liderança guarani debateu esse tema e segundo Takuá (2018) é preciso ter um Tekoá, isto é, um lugar para ser. É preciso ter água, é preciso viver o fluxo da natureza para poder viver a cultura e, enfim, para ser guarani. O modo de ser é o de viver, tecido sobre os ciclos de vida, que é também o da biosfera e dos organismos vivos que vivem entrelaçados entre a continuidade e a vivência comunitária. A referência ao Teko Porã como um bem viver, o viver a natureza que dá sentido à vida, que está em equilíbrio, como um organismo vivo, com respeito e harmonia, sem separação entre alma e natureza, entre corpo e alma.

Ao defender nos debates públicos sobre a perspectiva guarani do teko porã, Takuá refere-se ao modo de vida presente no corpo, que está sempre em movimento, e em processo de equilíbrio. O teko porã é a potência pela qual a vida pede para fluir como modo de expressão da alma. A pulsão vital trabalha porque a vida quer persistir. E, para continuar sendo parte da natureza como ser vivente. O processo de criação é também o de reagir, de resistir às condições ambientais, criando e recriando o tônus vital para poder se movimentar. O mal se apresenta quando o organismo está em desequilíbrio, a doença vem da alma que está em desequilíbrio. Essas e outras cosmovisões de populações tradicionais, estão presentes nas práticas atuais entre os quéchuas, aymaras, guaranis, bem como nas populações negras, que possibilitam compreender a diversidade de visões sobre formas de existência social e respeito aos direitos da natureza. E, é também o da produção e conservação da vida, considerando a existência da natureza e todos os seres vivos, da manutenção e regeneração dos ciclos vitais, sua estrutura e funções.

Os modos de vida da sociedade requerem, entretanto, rememorar os processos que produziram alienação individual, coletiva e social. A doença pode provir desses processos, que faz do trabalhador um hamster, correndo sem cessar e, quanto mais corre, mais a roda gira, sem ter domínio da produção, do ritmo do tempo e do consumo.

A cadeia de produção movida pela velocidade da máquina é mostrada pelo personagem Chaplin, no filme Tempos Modernos. O trabalhador não sabe para que está correndo, o que e como está produzindo, feito máquinas de produzir e consumir – um alienado, um doente. Sua vontade foi privatizada, transformada em necessidades, induzida pela publicidade, consumindo mercadorias descartáveis e de pouca utilidade para sua sobrevivência. A cura desse mal pode representar a quebra da roda do hamster, destruir o domínio do cronômetro na

determinação do ritmo da velocidade, e do ciclo da produção e do consumo. Ter autonomia e domínio sobre o tempo, individualmente, pode significar dominar seus desejos e vontades que foram transformados em necessidades de consumo. Saber o que se quer, o que se precisa para sobreviver, sobretudo o que fazer com o poder de decisão tem início com o domínio da psiquê.

Um segundo nível de alienação se processa pela colonização do pensamento com a divisão da sociedade em gêneros, raças, regiões, pobres e ricos, classificação pela qual os indivíduos e grupos são privatizados e dominados. A alienação se expressa também no próprio processo de colonização do imaginário social. No caso dos povos do sul, ela se expressa pela crença no desenvolvimento, de que a sociedade pode ser desenvolvida e rica, dentro dos parâmetros estabelecidos pela teoria econômica capitalista. Nessa busca de crescimento econômico e desenvolvimento, a sociedade endivida-se, pois são submetidos a regras e leis que a tornam cada vez mais subordinada, sem conseguir sair da roda do hamster ou do Chaplin. O processo de colonização do pensamento se estabelece, assim, em múltiplos níveis, pelo domínio da economia, do tempo e cultura. Começa pela literatura, meios de comunicação de massa, currículos escolares, programas de formação de quadros da sociedade, até a estrutura estatal que gerencia em nome do sistema econômico, que privilegia poucos localmente, em prol de grandes monopólios e oligopólios. Por isso, a busca de autonomia dos povos e das sociedades passa pelo rompimento com o processo de alienação e colonização.

Consegue-se quebrar a roda do hamster com lucidez e atitude dos indivíduos e grupos, diante das instituições e da coisa pública para garantir sua participação na gestão dos bens comuns. A quebra representa o rompimento da privatização dos indivíduos e da passividade diante da dominação pela oligarquia local, que concentra o poder econômico por meio da burocracia. O exercício da igualdade política efetiva verifica-se tanto na direção como na participação nas instituições, nas legislações e no atuar diuturnamente para que as pessoas e grupos sejam iguais, rompendo com as divisões existentes. É o trabalho para a sobrevivência, pela gestão da produção pelos produtores com a organização e, então, exercer um papel que os torne efetivamente parte da sociedade, escapando das divisões, podendo dedicar-se aos bens comuns e dos seres vivos, com igualdade, como explicita Quijano (1984).

A perspectiva da autonomia social e coletiva se encontra com a noção de bem viver. Para além da noção, são práticas e modos de viver, que estão presentes nos povos tradicionais andinos, com raízes pré-colombianas, desde os chimus, moches, olmecas, maias. Essas práticas estão atualmente entre os aymaras, quéchuas, guaranis e mapuches, dentre muitos outros, que lutam para afirmá-las, como o vem fazendo publicamente, em eventos mundiais, com

apresentação de manifestos e declarações dos guardiões e dos Filhos da Terra. Pode-se recorrer à *Nueva crônica y buen gobierno* de Guaman Poma Ayala em 1615 e Clorinda Matto, recuperado e analisado por Quijano (1984/2014), que há cinco séculos trouxeram para a teoria o que já era uma prática, um modo de resistência contra o processo de colonização. A ideia de bem viver se apresenta como caminho de sobrevivência com equidade em relação a todos os seres vivos, podendo-se viver bem, sem excessos. Nesse caminho estão valores de reciprocidade com a natureza e respeito a todos os seres vivos, cooperação entre os grupos e povos, convivendo com a diversidade e a pluralidade. Ela se apresenta como conquista de uma luta contínua para viver em harmonia, respeitando conhecimentos e sabedorias das diferentes culturas, identidades num movimento cíclico no tempo e no espaço.

A perspectiva do bem viver é a ideia do viver bonito, fortalecendo valores comunitários e a participação efetiva dos indivíduos e grupos nas decisões e construções da vida em comum, com distribuição de poder, produtos e bens sociais. Integra-se as noções do material com o espiritual, respeitando os ciclos naturais da vida, como um horizonte do modo de ser. Verifica-se entre povos tradicionais uma prática intrínseca da produção da vida, por uma vida plena e de harmonia entre os seres, com resistência à dominação, contra a exploração das riquezas por corporações privadas.

Como se referir à vida quando o processo de produção dos territórios escapa do domínio dos grupos e das populações que cuidam deles? A exploração das riquezas dos territórios, pelas grandes corporações, tem provocado a expropriação das populações de seus lugares de vida (Acosta, 2016; Svampa e Antonelli, 2009), com mega fazendas (Rivero et al. 2019, Wallace, 2020). Essa é também uma exploração sem controle, tanto pelo desmatamento (Rivero et al. 2019), como pela utilização intensiva de compostos químicos que tem resultado na destruição dos ecossistemas, biomas (Aráoz, 2014; Milanez, Magno e Pinto, 2019; Milanez, 2019), tendo como consequência ilimitados impactos sobre a biosfera (Svampa, 2019). Os impactos são observados tanto na vida das populações, como na saúde do território que, por decorrência, provoca doenças, como as analisadas por Pluth, Zanini, Battisti (2019), Silva et al. (2019), Carneiro et al, (2015), dentre outros. Os efeitos da poluição pelos compostos químicos podem ser verificados até mesmo com alterações nas células, DNA, como analisado por Umbuzeiro, Heringa e Zeiger (2016), Chatterjee e Walker (2017), Roubicek, Rech e Umbuzeiro (2019), provocando tumores e câncer. As substâncias e compostos jogados ou descartados a céu aberto, como no caso dos setores da mineração e do agronegócio, se somam aos das indústrias. Afetam as famílias que, em sua maior parte, não contam com água tratada e saneamento e, são obrigadas a viver com ar e água contaminados, assim como, os alimentos

que são retirados das plantas, os quais absorvem essas substâncias. São modos de vida que produzem danos e doenças.

Da mesma maneira, os modos de vida urbanos são afetados por poluições, tensões e estresses, notadamente nas grandes cidades, como analisado por Saldiva (2018), dentre outros. Os lugares de vida e trabalho nos quais as pessoas sobrevivem produzem danos em vários níveis. A cadeia alimentícia é exemplo de lugar de trabalho como produção de doenças, além dos citados anteriormente como a mineração. Contraditoriamente, esse setor produz proteína animal para exportação, isto é, alimentar outros, em outros lugares, portanto, responde pela superexploração e adoecimento (Heck, 2013, Silveira e Merlo, 2017). Esse setor se tornou um dos grandes focos da propagação da Covid-19, como visto em agosto de 2020, quando mais de 25% desses trabalhadores estavam infectados com o Sars-Cov-2, segundo a Confederação dos trabalhadores da indústria de alimentação, levando a infecção para diferentes regiões – municípios –, onde residem. O setor também responde por mais de 700 mil casos de acidentes de trabalho, contando somente os notificados em 2018, segundo o Sindicato dos trabalhadores da indústria da alimentação.

A produção da vida é social, como um processo interdependente que envolve múltiplos fatores, e, não se consegue analisá-la dissociada da produção do território em suas dimensões, econômica e cultural. A saúde vem sendo objeto de processo de mercantilização na economia capitalista, fragmentada e descontextualizada do universo da produção da vida. O discurso sobre saúde poderia resultar em melhor condição para a produção social, se fosse produzido a partir de argumentos que dizem respeito aos direitos sociais, democracia e modernização da estrutura social. No entanto, acentua-se a concretização da subdivisão entre corpo e alma, material e espiritual, mente e físico, em que as especialidades sobre cada uma das partes do organismo tornam-se cada vez mais distintas, explicadas em teorias e formas de tratamento, diagnósticos e medicalização.

No caso brasileiro conta-se com a política pública em saúde, do Sistema Único de Saúde, SUS, debatido a partir dos anos 1970, instituído pela Constituição de 1988. O SUS têm contribuído com a população brasileira ofertando programas de promoção e proteção da saúde da população, desde a atenção à saúde básica e coletiva como Estratégia de Saúde da Família, com atendimento em todas as etapas da vida. Na pandemia, a ação desses profissionais tem feito a diferença. Mesmo com os cortes sofridos desde 2016 sobre o orçamento que resultaram em desmonte de algumas estruturas implementadas e, na precarização do atendimento, é essa política que tem produzido resultado efetivo.

4. A produção da sociedade e o viver

A produção da sociedade merece ser analisada sob a perspectiva do que é necessário para sua sobrevivência e subsistência. Isso porque, o que é considerado produção está mais relacionado à produção mercantilizável, que são produtos nem sempre importantes para a subsistência das populações. E, que está baseada no esforço do trabalhador, inserido dentro de um sistema circular, no qual o trabalho está estruturado, pela necessidade do capital para o processo de acumulação e, ao mesmo tempo, para que essa população seja a consumidora das mercadorias que produz. Esse esforço vem sendo cada vez mais explorado sem devido retorno, bem como, o círculo merece ser revisto. Pois o trabalho está subjugado a regras estabelecidas por outros, tanto nos modos de organização, o que produzir, como as formas de produção. Trata-se de um trabalho alienado, na forma e no conteúdo. A população trabalhadora é tratada como máquina, como um hamster girando a roda. Nem sempre a sociedade precisa das mercadorias produzidas pela grande indústria, pois são necessidades criadas por meio da propaganda e publicidade, para instigar um consumo.

A dicotomia da relação da produção pode ser analisada em cinco pontos. Primeiro, do ponto de vista oficial: verifica-se que 79 milhões da população brasileira está fora da força de trabalho, ou seja, fora da população considerada economicamente ativa, que é de 95,5 milhões (IBGE Pnad Contínua, 2020). Segundo dados IBGE, cerca de 27,5% da população trabalhadora é subutilizada, e, aproximadamente 41,3% dela é ocupada no trabalho informal.

Em segundo lugar, a produção para a subsistência deve considerar primordialmente a atividade essencial de produção de alimentos. No caso brasileiro, pode-se contar com a agricultura familiar, em pequenos grupos, bem como, em redes de cooperativas e organizações familiares, com uma grande diversidade, como analisa Aquino, Gazolla e Schneider (2018). O estudo de Alves e Tiriba (2018) acrescenta pescadores individuais, ribeirinhos, quilombolas, os assentamentos organizados, e, também o Movimento sem Terra. São produtos que estão em boa parte da mesa brasileira, notadamente produtos hortícolas e frutíferos. Atualmente, essa produção, conta com menor extensão de terras, perdendo para as grandes empresas do agronegócio.

Em terceiro lugar, a maior parte do trabalho realizado é compreendido como reprodução, e que está notadamente a cargo das mulheres. Dentre a vasta literatura, pode-se citar alguns como Safiotti (1976 e 1978), Bruschini (2006), Melo e Castilho (2009), Silva, Loreto e Bifuno (2017), Federici (2017). A própria noção de reprodução é criada para omitir enquanto tal, não contabilizável na economia e, na maior parte, não remunerado. Por exemplo, o traba-

lho de parir, de cuidar e educar as crianças, de efetuar as compras para a alimentação, de lavar roupa, enfim de cuidar da família. É o trabalho realizado pelas mulheres na zona rural e mineração, no preparo dos alimentos, cuidado com as criações e a plantação, a terra e manutenção das condições de vida, como mostra Santos et al. (2020).

No trabalho considerado reprodução está o cuidado das pessoas doentes, sejam familiares ou não, e que são realizados notadamente pelas mulheres, como analisado por Ferreira (2019) e Sousa et al. (2020), dentre outros e, que se intensificou no contexto da pandemia da Covid-19. No relatório “Tempo de cuidar” publicado pela Oxfam, em janeiro de 2020, consta que cerca de 12,5 bilhões de horas diárias são gastas no trabalho de cuidar, no mundo, e não são remunerados, o que agrega US\$ 10,8 trilhões à economia, a cada pessoa que se dedica no mínimo 14 horas diárias. Identifica-se, também, que 42% das mulheres em idade ativa estão fora do mercado de trabalho e, que estão nesse trabalho de cuidados.

Em quarto lugar, há uma quantidade de pessoas envolvidas no cuidado da terra, das florestas, das matas, dos rios, que é realizado pelas comunidades das diversas nações indígenas, de povos ribeirinhos, quilombolas, como analisado por Luz et al (2020). Trata-se de atividade essencial para a reprodução da vida, que vai desde a coleta e guarda de sementes, manutenção das matas e florestas, a troca e cooperação, alguns desses analisados por Alves e Tiriba (2018).

Em quinto lugar, a produção cultural no território brasileiro nem sempre é considerada. Nelas encontram-se as atividades de expressão cultural, com toda a riqueza da diversidade das danças, músicas e cantigas, dentro ou não de grupos que realizam festividades nas diversas regiões do país, como as festas do divino, congadas, boi bumba, dentre outros. Atividades que são consideradas “folclore”, e não como produção de riqueza dos grupos e povos. Há também artefatos diversos produzidos artesanalmente com ideias, plantas e sementes, que são invisibilizados. E, ainda, há os escritos, teatro e apresentação, vídeos, fotos, documentários e filmes, apresentados em pequenos circuitos. Não faltam expressões artísticas realizadas em praças, espaços públicos e igrejas, com tocadores de música e cantadores, trovadores, malabaristas, palhaços, grafiteiros, como analisado por Barroso e Fernandes (2018).

Verifica-se uma riqueza na produção cultural que representam a identidade dos diversos grupos e comunidades, como parte de suas histórias e memórias. No caso brasileiro, são essenciais, as experiências de produção preponderante e fundamental para a vida, com práticas de produção de grupos sob formas igualitárias, na concepção e na produção, com modos de organização social para a produção, manutenção da vida e bem-estar das pessoas. As inúmeras experiências, algumas analisadas por Sambuichi et al. (2017), como as práticas de co-

munidades andinas atuais, nos territórios latino-americanos analisadas por Altieri (2005) e Svampa e Antonelli (2009) e, ainda, as experiências das ecovilas se destacam.

Finalmente, ressalta-se na pandemia, o renascer das diversas formas de solidariedade desenvolvidas pelos grupos e comunidades. Tem-se, por exemplo, o caso da CUFA – Central Única das Favelas –, cooperativas, movimentos sociais, organizações não governamentais. Os grupos da agricultura familiar também se notabilizam, nessa pandemia, com distribuição gratuita e trocas, para a sobrevivência de milhões de famílias. Atividades solidárias de produção de alimentos, distribuição de marmitas e produtos de primeira necessidade mostram práticas e experiências de resistência social, notáveis para a riqueza de produção da vida. Compõem-se com as experiências divulgadas mundialmente por Mies e Shiva (1997), como práticas de vivência de grupos e povos dentro das perspectivas analisadas por Quijano (1984/2014).

O renascer da solidariedade é demonstração do viver bem, do viver bonito. É viver consciente de si, de suas decisões, com domínio do seu tempo. É produzir pelo bem comum para viver em harmonia com a natureza e com os demais. É, sobretudo, libertar-se do domínio de outros. São ações, que acima de tudo, estão a da produção da vida, como discutido por Krenak (2019, 2020) e Kopenawa (2015).

Considerações finais

Diante da atual pandemia da Covid-19 produzida pelo vírus Sars-CoV-2, o mundo parece ter virado de cabeça para baixo. A vida de bilhões de pessoas foi colocada em questão. Defende-se que a produção social da vida se efetiva pela produção da subsistência por meio da reciprocidade com demais seres vivos e a biosfera. No caso das populações do sul do planeta, a produção da vida implica também na prática da resistência contra o processo de dominação e de colonização do pensamento. Tem-se na descolonização do pensamento, um processo permanente de desconstrução do imaginário, cimentado e produzido dentro de teorias e ideologias colonizadoras.

A prática da descolonização se inicia pela compreensão do processo de colonização e dominação que se efetiva com o desafio de questionar discursos, bem como, os argumentos estabelecidos, que perpassam pelo domínio de suas riquezas, como é o caso de muitas populações dos países do sul. Domínio de seus conhecimentos e tecnologias, da produção cultural, assim como das riquezas naturais, que vêm sendo expropriadas há seis séculos para a produção do “desenvolvimento” dos países do norte.

Não faltam experiências de grupos e comunidades presentes no território brasileiro que enfrentam o desafio de se inserirem num caminho para uma construção da autonomia coletiva e social. Possibilitando, assim, a quebra da roda do *hamster*, ao romper com a alienação do círculo do processo de produção e consumo, contra a superexploração do trabalho e expropriação de seus territórios, vigilantes pela preservação de suas riquezas. Ao mesmo tempo, viver as experiências de participar de negócios comuns, para o bem comum, que podem ser vistos como um caminhar em direção à uma sociedade livre, com pensamentos e práticas igualitárias, tanto econômicas, como étnicas e de gênero.

Agradecemos a todas as pessoas das diferentes comunidades que dialogaram conosco ao longo de nossas convivências, transformando nossas experiências e conhecimentos.

Referências

ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo. In: DILGER, G.; LANGER, M. PEREIRA FILHO, J. (orgs.) *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016.

ALMEIDA, S. *Racismo estrutural*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C. I. Una perspectiva agroecológica para una agricultura ambientalmente sana y socialmente más justa en la América Latina del siglo XXI. Berkeley: Universidad de Califórnia/Instituto Nacional de Ecología, 2005.

ALVES, A.E.S; TIRIBA, L. Trabalho-educação, economia e cultura em comunidades tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital. *Trabalho necessário*, v.16, n.31, 2018.

AQUINO, J.R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Dualismo no campo e as desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 56, n. 1, 2018.

ARÁOZ, H.M. Potosi, el origen. Genealogia de la minería contemporánea. Buenos Aires: Tiempo/Mardulce, 2014/2020.

BARROSO, F.M.; FERNANDES, C. S. Os limites da rua: uma discussão sobre regulação, tensão e dissidência das atividades culturais nos espaços públicos do Rio de Janeiro. *Políticas culturais em revista*, v. 11, n. 1, 2018.

BERTOLDO, F. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafio de políticas públicas e direito. *Revista katalysis*, v. 21, n. 2, 2018.

BRASIL, IBGE. Pnad contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? *Revista brasileira de estudos da população*, v 23, n.2, 2006.

CANCLINI, N.G. Culturas híbridas. Mexico: Grijalbo, 1989.

CARNEIRO, S. Racismo, sexismo e desigualdades no Brasil. Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, FF; AUGUSTO, LGS; RIGOTTO, RM; FRIEDERICH, K; BURIGO, AC. (orgs). Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CASTORIADIS, C. L'institution imaginaire de la société. Paris: Seuil, 1975. Versão em português A instituição imaginária da sociedade, Paz e Terra.

_____. Les carrefours du labyrinthe. Paris: Seuil, 1978. Versão em português As Encruzilhadas do labirinto, Paz e Terra.

_____ (2011). La société à la derive. Paris: Seuil, 2011. Versão em português Sociedade a deriva, Ideias e letras.

_____ ; Cohn-Bendit, D. De l'écologie à l'autonomie. Paris: Seuil, 1981. Versão em português Da ecologia à autonomia, Brasiliense.

CHAMORRO, G. Terra madura Yvy Araguayje. Dourados: Editora UFGD, 2008.

CHATTERJEE, N.; WALKER, G. Mechanisms of DNA damage, repair and mutagenesis. *Environmental and molecular mutagenesis*, v. 58, n. 5, 2017.

CHESNAIS, F. (2020). A originalidade da crise econômica e sanitária da Covid-19. *A terra é redonda*. Disponível em <https://aterraeredonda.com.br/a-originalidade-da-crise-economica-e-sanitaria-da-Covid-19/20/11/2020>

ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de outro modo. Tabula rasa, n. 1, Bogotá: Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, 2003.

_____. Encountering development. The making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University, 1995.

FEDERICI, S. (2017). Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 1964/2008.

_____. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Brasiliense/Difel, 1971/2005.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo: Zahar, 1973/1981.

FERREIRA, J.S. Feminismo, trabalho e cuidados: por todas nós, pela minha mãe. *Caderno espaço feminino*. V. 32, n. 2, 2019.

- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1959.
- _____. A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira., 1975.
- _____. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.
- _____. Os desafios da nova geração. *Economia política*. v.24, n. 4, 2004.
- GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Porto Alegre: L&PM, 1971/2010.
- GUDYNAS, E. Transições ao pós-extrativismo. In: DILGER, G.; LANGER, M. PEREIRA FILHO, J. (orgs.) Descolonizar o imaginário. São Paulo: Elefante, 2016.
- HECK, F.M. Uma geografia da degradação do trabalho: adoecimento dos trabalhadores em frigoríficos. *Revista percurso*, v. 5, 2013.
- KOPENAWA, D. A queda do céu. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- _____. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LANDER, E. (ed). Ciências sociais: saberes coloniales y eurocêntricos. La colonialidad del saber. Perspectivas latinoamericanas. Caracas: Faces-UCV/Unesco-Iesalc, 2000.
- _____. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In Lander. E. (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- LIA, C.F. RADÚNZ, R. Os processos migratórios nos séculos 19 e 20. Diálogos entre o saber acadêmico e a educação básica. *Educar em revista*, v. 61, 2016.
- LUZ, V.M.; SILVA, L.M. AMERICO, M.C.; DIAS, L.M.F. Roça é vida. São Paulo: IPHAN, 2020.
- MELO, H.P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de economia contemporânea*, v. 13, n. 1, 2009.
- MILANEZ, B; MAGNO, B. L; PINTO, R.G. Da política fraca à política privada: o caso do papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de saúde pública*, v. 35, n. 5, 2019.
- MILANEZ, B. Mineração e impactos socioambientais. As dores de um país mega-investidor. In: WEISS, J. (org). Movimentos socioambientais. Formosa: Xapuri, 2019.
- NEGRI, A.; LAZZARATO, M. Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

NOVAIS, F. A. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa no fim do século XVIII. *Revista de história*, n. 67, 1966.

OXFAM. Tempo de cuidar. Disponível em Oxfam.org.br, 2020.

PLUTH, T.B; ZANINI, L.A.G; BATTISTI I.D.E. Pesticide exposure câncer: an integrative literature review. *Saúde em debate*, v. 43, n. 122, 2019.

QUIJANO, A. Bien vivir entre el “desarrollo”y la des/colonialidad del poder. In: Quijano (ed.). *Des/colonialidad y bien vivir*. Lima: Universidad Ricardo Palma/Editorial universitaria/Cátedra America Latina y la colonialidad del poder, 1984/2014.

RIBEIRO, D. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIVERO, S; ALMEIDA, O; ÁVILA, S; OLIVEIRA, W. Pecuária e desmatamento. Uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. *Nova economia*, v. 19, 2019.

ROUBICEK, D.A.; RECH, C.M.; UMBUZEIRO, GA. Mutagenicity as a parameter in surface water monitoring programs-opportunity for water quality improvement. *Environmental and molecular mutagenesis*, v. 61, 2019.

SAFIOTTI, H. A mulher na sociedade de classes. São Paulo: Vozes, 1976.

_____. Emprego doméstico e capitalismo. São Paulo, Vozes. 1978.

SALDIVA, P. Vida urbana e saúde. Os desafios dos habitantes das metrópoles. São Paulo: Contexto, 2018.

SAMBUICHI, R.H.R.; MOURA, I.F.; MATTOS, L.M.; AVILA, M.L.; SPINOLA, P.A.C.; SILVA, A.P.M. (orgs.) A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea, 2017.

SANTOS, J.B; BOHN, L.; ALMEIDA, H.J.F. O papel da mulher na agricultura familiar de Concordia. O tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. *Textos de economia*, v. 23, n. 1, 2020.

MIES, M. SHIVA, V. Ecofeminismo. São Paulo: Piaget, 1997.

SILVA, D.F.; LORETO, M.D.S.; BIFUNO, A.C.S. Ensaio da história do trabalho doméstico no Brasil: um trabalho invisível. *Cadernos de direito*, v. 17, n. 32, 2017.

SILVA, L.Q; MACHADO, L.G; FERREIRA NETO, C; FORTUNATO, E. P.D; BARBOSA, S.O. Agrotóxicos: a importância do manejo adequado para a manutenção da saúde. *Nature and conservation*, v. 12, n. 1, 2019.

SILVEIRA, A.L.; MERLO, A. Super exploração e processo de adoecimento pelo trabalho na indústria frigorífica de Chapecó. *Revista grifos*, n. 43, 2017.

SOUSA, J.I.S. et al. Sobrecarga de trabalho em familiares de idosos em cuidados paliativos. *Research, society and development*, v. 9, n. 4, 2020.

SVAMPA, M.; ANTONELLI, M. (orgs.) Minería transnacional, narrativas del desarrollo y resistências sociales. Buenos Aires: Biblos, 2009.

_____. Las fronteras del neoextrativismo en America Latina. Mexico: Callas, 2019.

TAKUÁ, C. Teko Porã, o sistema milenar educativo de equilíbrio. *Rebento*, n. 9, 2018.

UMBUZEIRO, G.A.; HERINGA, M.; ZEIGER, E. In vitro genotoxicity testing: significance and use in environmental monitoring. *Adv. biochem. eng. Biotechnol*, 2016.

WALLACE, R. Pandemia e agronegócio. São Paulo: Elefante, 2020.